

Agência Câmara – 11/06/2012

Audiência discutirá redução de tributos da energia elétrica

<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/ECONOMIA/419536-AUDIENCIA-DISCUTIRA-REDUCAO-DE-TRIBUTOS-DA-ENERGIA-ELETRICA.html>

A Comissão de Finanças e Tributação realizará audiência pública nesta terça-feira (12) para discutir propostas que têm como objetivo a redução da alíquota de PIS/Pasep e Cofins na energia elétrica e/ou o retorno para o regime cumulativo de cobrança.

O debate foi proposto pelo deputado Junior Coimbra (PMDB-TO). Entre os projetos, ele cita o PL 409/07, do Senado, que submete os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime de tributação cumulativo para esses tributos; o PL 3172/12, que exclui as receitas decorrentes da prestação de serviços de energia elétrica do regime de incidência não cumulativa dessas contribuições; e o PL 3208/12, que reduz a zero a alíquota da Cofins incidente sobre as receitas de fornecimento de energia elétrica.

"O setor elétrico sofreu uma forte elevação da carga tributária com a alteração do regime de cobrança das contribuições. A elevação da arrecadação da contribuição do PIS/Pasep saltou de R\$ 478 milhões em 2002 para R\$ 812 milhões em 2003; e da Cofins, de R\$ 2,3 bilhões em 2003 para R\$3,9 bilhões em 2004. O percentual da receita bruta do setor comprometida com o pagamento dessas contribuições era da ordem de 4% em 2002 e passou para 8% em 2008. Em outras palavras, houve duplicação da arrecadação desses tributos a partir do setor elétrico", disse.

"Propõe-se que a carga tributária seja reduzida para que retorne a níveis compatíveis com o vigente antes da implementação do regime não cumulativo", acrescentou o deputado.

Foram convidados:

- o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa;
- o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson Hubner;
- o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales;
- os relatores dos três projetos.

A reunião será realizada às 14h30, no Plenário 4.

Íntegra da proposta:

PL-409/2007

PL-3172/2012

PL-3208/2012